



Di·rio Oficial do Poder Legislativo

3TM Sess.,o Legislativa
da 12TM Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 24 DE MARÇO DE 2009

N.º 3736

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÉS
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

WALTER PRADO
3º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

ANTONIA SALES
2º Vice- Presidenta

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim

BPR - Moisés Diniz

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PTN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga, Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua de Souza.

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônio Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, Mazinho Serafim.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva, Josemir Anute.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis,elson Santiago.

PP - Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PTN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

Sem Partido - Luiz Calixto.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N. 156-A/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor José Carlos Geber, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para, no município de Jordão - AC, nos dias 5 a 7 de novembro de 2008, trabalhar no evento intitulado Assembleia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de novembro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário, em exercício

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 35/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, nos cargos em comissão constantes do Anexo XIII da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, observado o disposto no art. 31 do supracitado diploma legal, os profissionais a seguir relacionados:

José Aílio Martins da Silva - Coordenadoria Especial de Processos - DAS 5, da Secretaria Executiva, para atuar junto à Primeira Secretaria;

João Reis de Almeida - Coordenadoria Especial de Processos - DAS 5, da Secretaria Executiva Adjunta, para atuar junto à Primeira Secretaria; e

Raimundo Nonato da Silva Neto - Coordenadoria de Gabinete da Secretaria Executiva Adjunta - DAS 4, para atuar junto à Segunda Secretaria.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 2 de janeiro de 2009.

Rio Branco, 27 de fevereiro de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 36/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Raimunda Nonata Félix do Nascimento para ocupar a Coordenadoria de Gabinete da Secretaria Executiva Adjunta - DAS 4 e o senhor Luiz Ribeiro da Silva para a Coordenadoria de Eventos da Assessoria Especial de Comunicação e Publicidade - DAS 3, cargos em comissão constantes do Anexo XIII da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, em observância ao disposto no art. 31 do supracitado diploma legal, ambos com atuação junto à Primeira Secretaria desta Casa.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a contar a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Rio Branco, 27 de fevereiro de 2009

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 37/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor Raimundo Afonso Gomes, para ocupar a Coordenadoria Geral de Radiodifusão Sonora e de Imagens - DAS 3, da Escola do Legislativo, com atuação junto à Coordenadoria de Comunicação Social e a senhora Miricéia Macedo Matos, para ocupar a Subcoordenadoria de Revisão de Produção Jornalísticas - DAS 1, da Coordenadoria de Comunicação Social, ambos os cargos em comissão constantes do Anexo XIII da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, em observância ao disposto no art. 31 do supracitado diploma legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a contar a partir de 2 de março de 2009.

Rio Branco, 27 de fevereiro de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 38/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Deputada Perpétua de Sá, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, para na cidade de Brasília - DF, nos dias 2 a 4 de março de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 4 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 39/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Edvaldo Magalhães, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, para na cidade de São Paulo - SP, nos dias 6 a 8 de março de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de março de 2009.

Deputado Heitor Paiva
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Eison Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 41/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, o senhor Wilton Carlos Carioca Ramos, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-10, da Bancada do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Eison Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 42/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, o senhor José Augusto Sombra de Oliveira, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-16, da Bancada dos Democratas – DEM, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Eison Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 43/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, dos cargos em comissão os Assessores Parlamentares, abaixo relacionados, da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Heliton Rudder Rocha Almeida

SP-EG-10;

Marcio Araújo Parente

SP-EG-10; e

Mirla de Brito Lima

SP-EG-16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães

Presidente

Deputado Taumaturgo Lima

1º Secretário

Deputado Eison Santiago

2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 44/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, o senhor Heliton Rudder Rocha Almeida, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-10, da 1ª Secretaria da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Eison Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 45/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, o senhor Douglas Jonathan Santiago de Souza, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-10, da Bancada do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de março de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de março de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Eison Santiago
2º Secretário

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTEIRA N. 70/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 249/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor Francisco Rodrigues da Silva, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 2 a 31 de março de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 4 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 71/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 260/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Auricélia da Silva Soares, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 9 de março a 7 de abril de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 72/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 255/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Neurizete do Carmo da Conceição, Analista Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NS-101, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, quinze dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 73/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 261/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Ália Maria Said Ganum, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 9 de março a 7 de abril de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 74/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 274/2009, da Secretaria Executiva deste

Poder, concede ao servidor João Florêncio Viana de Mesquita, Técnico Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NM-301, Ref. 21, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, sete dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 10 a 16 de fevereiro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 75/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 273/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor João Florêncio Viana de Mesquita, Técnico Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NM-301, Ref. 21, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, quinze dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 2 a 16 de março de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 76/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 268/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Neurizete do Carmo da Conceição, Analista Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NS-101, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, seis dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 17 a 22 de fevereiro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTEIRA N. 77/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 269/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Alzira Borges Guimarães, Auxiliar Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NB-401, Ref. 19, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, vinte dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 3 a 22 de fevereiro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.

Deputado Taunay Lira
 1º Secretário

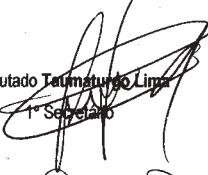
Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretária Executiva

PORTARIA N. 78/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 271/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Gildete Melo de Souza**, Analista Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NS-101, Ref. 21, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **quatorze dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família**, a contar de 25 de janeiro a 10 de março de 2009, nos termos dos arts. 127 e 128, inciso II, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.


Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário

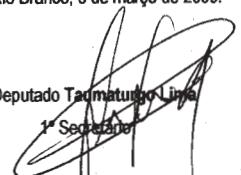
Maria Fernanda Monteiro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 79/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 270/2009, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Gisela Fátima Souza de Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **noventa dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 10 de fevereiro a 10 de maio de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de março de 2009.


Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário

Maria Fernanda Monteiro Aragão
Secretária Executiva

ATOS DA SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N. 54/2009

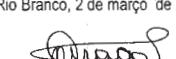
A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **João Reis de Almeida**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-09, do gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 55/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Jonas Feitosa de Menezes**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-17, do gabinete do Deputado **Zé Carlos**, integrante do Partido Trabalhista Nacional – PTN, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 56/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, do cargo em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Josemir Anute**, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Maria do Socorro Mendes Monteiro SP-EG-24; e

Dulcinea de Azevedo Barbosa SP-EG-21.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 57/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, do cargo em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete da Deputada **Antonia Sales**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Valderly da Silva SP-EG-20; e

Maria da Gloria L. Verde Felix SP-EG-26.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 58/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Raimundo Francisco Maia Dias SP-EG-26; e

Marcio Araújo Parente SP-EG-09.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 59/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Edvaldo Magalhães**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de janeiro de 2009:

Lauany Matos de Andrade SP-EG-22;

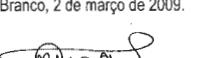
Elissandra Melo Lima SP-EG-24;

Rosania Costa de Freitas SP-EG-24; e

Evelyn dos Santos Magalhães SP-EG-24.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.


Maria Fernanda Monteiro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 60/2009
**A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Josemir Anute**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Roseane Augustinho de Souza SP-EG-01; e

José Alfredo Vaz de Azevedo SP-EG-21;

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 61/2009

**A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Mérla Albuquerque**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de janeiro de 2009:

Ana Maria Braga Costa SP-EG-26;

Tiago Brito de Lima SP-EG-23;

Jonas Rodrigues Tavares SP-EG-24;

Belmiro Macambira de Oliveira Filho SP-EG-24;

Cosme Chaves Silva SP-EG-24;

Maycon Cordeiro Aleixo SP-EG-26;

Maria das Graças Domingos da Silva SP-EG-24;

José Jefferson Brandão de Melo SP-EG-18;

José Rones de Aguiar Pereira SP-EG-26;

Marlinda Saboia Dantas SP-EG-24; e

Maria Antonieta dos Santos Ferreira SP-EG-12.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 62/2009

**A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete da Deputada **Maria Antonia**, integrante do Partido Progressista - PP, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de janeiro de 2009:

Edson da Silva Oliveira SP-EG-22;

Osvaldo Tomaz Filho SP-EG-05;

Yanna Jessica Viana de Albuquerque SP-EG-04;

Dilmeres Freitas de Souza SP-EG-21;

Edimauro Pinheiro da Silva SP-EG-24; e

João Batista Vitorino Albuquerque SP-EG-04.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão

Secretária Executiva

PORTARIA N. 63/2009

**A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para

exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Nogueira Lima**, integrante do Partido dos Democratas - DEM, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de fevereiro de 2009:

Maria Aparecida Tavares de Sousa SP-EG-26; e

Django Dias Pereira SP-EG-26.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de março de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão

Secretária Executiva

**3TM SESSÃO SOLENE DA 3TM SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12TM LEGISLATURA**

Realizada em 24 de março de 2009

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÉS

Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Perpétua de S., Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhés, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Luiz Calixto, Sem Partido.

AUSENTES: Deputados Ney Amorim, do PT; Maria Antonia, do PP e Gilberto Diniz, do PT do B.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) n. Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Senhores Deputados e Deputadas, conforme Requerimento do Deputado Moisés Diniz, aprovado por unanimidade no plenário desta Casa, a Sessão de hoje, destina-se a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, pela Campanha da Fraternidade, cujo tema é: Fraternidade e Segurança Pública. Com o lema: A Paz é fruto da Justiça.

Solicitamos aos líderes partidários que acompanhem os nossos convidados ao plenário da Casa. (PAUSA)

Convidamos o Bispo da Diocese de Rio Branco, Dom Joaquim Pertiñez, o Dr. Wellington Melo de Souza, Coordenador Diocesano da Campanha da Fraternidade, o Padre Míssimo, Reitor da Catedral, para comporem a Mesa.

Antes de iniciarmos as falas, faremos a apresentação de um vídeo com imagens acerca da Campanha da Fraternidade. (PAUSA)

Com a palavra o Bispo Dom Joaquim.

DOM JOAQUIM PERTIÑEZ (Bispo da Diocese de Rio Branco) n. Prezado Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Edvaldo Magalhés, prezados irmãos Deputados desta Casa, representantes do povo acreano, prezados irmãos das diferentes pastorais, movimentos da nossa igreja, Padres, Diáconos, irmãos, irmãs e todos em nosso Senhor Jesus Cristo.

O tema proposto pela CNBB para este ano é Fraternidade e Segurança Pública. A proposta de uma Campanha da Fraternidade sobre Segurança Pública foi apresentada pela maioria das regionais de todo o Brasil, e também por diversas entidades e pastorais, com destaque para a pastoral carcerária. A preocupação com o aumento constante da violência, desde a que se verifica nos lares e no trânsito, até as formas mais marcantes da criminalidade, tornou-se um dos principais sinais de que precisamos realizar um esforço constante na construção de uma sociedade segura.

A CNBB quer que todos, católicos ou não, se unam na realização desta Campanha da Fraternidade, a fim de que, assumindo

suas responsabilidades de fato e de cidadania, possam contribuir para que todos possam ter uma vida melhor e mais segura, sem medo e sem violência, seja na família, na escola, no local de trabalho, no local do lazer, nos ambientes que frequentam e com as pessoas com quem convivem.

O lema da Campanha da Fraternidade de 2009 é: iA paz é fruto da justiça (Is 30,17). Por esse lema, a CNBB quer mostrar que não pode existir Segurança Pública onde não haja paz, uma vez que sem paz, não existe ônus e violência, e somente haverá paz se houver também a justiça. Desse modo, não podemos pensar em Segurança Pública sem que, ao mesmo tempo, haja uma sociedade justa. O objetivo geral da CF 2009 é suscitar o debate sobre a Segurança Pública e contribuir para a promoção da Cultura e Paz entre as pessoas, as famílias, a comunidade e na sociedade, a fim de que cada um se empenhe, efetivamente, na construção da justiça social e garanta segurança para todos.

Este debate é importante, sobretudo, porque deve levar todas as pessoas a se inteirar dos problemas relacionados com a Segurança, assim como de suas causas e dos principais fatores a eles ligados. A partir daí, as pessoas vão, ao tomar a consciência da situação em geral, da sua abrangência e da sua gravidade, assim como da responsabilidade pessoal e comunitária diante desses problemas.

... necessária a realização urgente de um trabalho que tenha em vista a criação e a aplicação de penas alternativas, as quais levem o infrator a desenvolver responsabilidade social e contribuir efetivamente para a construção do bem comum, vendo nisso uma forma de reparação dos males cometidos e, ao mesmo tempo, de superação da própria condição pessoal. Esse tipo de pena pode, também, colaborar na superação de problemas de ordem social que não contam com recursos para a execução de tarefas necessárias para a mudança da situação.

Com isso, o sistema penal pode incorporar ações educativas, penas alternativas e formas de medição de conflitos que visem à superação dos problemas e à aplicação da justiça restaurativa.

Em 600 páginas, com data de 15 de janeiro de 2009, a organização não governamental americana, Human Rights Watch (HRW) divulgou o seu relatório anual que traz um panorama das violações dos direitos humanos no mundo. De acordo com os dados do levantamento das violações em mais de 90 países, o Brasil se destacou no quesito segurança pública. Aproximadamente 50 mil homicídios ocorrem a cada ano no país, sublinha HRW. O relatório também identifica problemas nas condições dos presídios, a tortura, o trabalho forçado, as ameaças aos povos indígenas e camponeses sem-terra e a impunidade.

A tortura é destacada como um dos problemas sérios do país: as condições desumanas, a violência e a superlotação, que têm marcado historicamente os centros de detenção brasileiros, continuam sendo um dos principais problemas de direitos humanos do país. Atrasos no sistema de Justiça contribuem para a superlotação, completa o documento.

Segundo estatísticas oficiais, o número de presos subiu para 440 mil. Aproximadamente 43% desses presos ainda não foram devidamente julgados. Para agravar esse quadro, cada vez mais ouvimos notícias de crimes contra ética, economia e questões públicas. Nas últimas décadas, não temos tido sossego em relação às denúncias de escândalos que marcaram os governos. O pior é que ninguém é punido pelo que acontece. Com isso, a corrupção esgota os bens públicos, de modo que o Estado não consegue cumprir o seu papel. As necessidades básicas das pessoas não são satisfeitas e, consequentemente, se verifica o aumento da criminalidade e da insegurança social.

Essa situação é ainda mais grave em razão da injustiça presente nos institutos de prisão especial, feita apenas para alguns. Há também a questão do foro privilegiado e da imunidade

parlamentar para crimes comuns, que mostram que a desigualdade no Brasil é legislada e o poder econômico garante privilégios.

O sistema penal brasileiro constitui muito mais uma expressão de vingança contra as pessoas que cometem delitos do que a busca de superação de problemas, uma proposta de reeducação, reinserção no meio social e recuperação dos que, pelos mais diferentes motivos, ingressam no universo da transgressão. No sistema penal em geral, quem comete um crime não é visto na sua dignidade e é desrespeitado em todo os sentidos. Nas detenções provisórias, não se considera a pessoa ou o delito, mas o tempo de espera para o julgamento, estando a culpa sempre pressuposta, embora ainda não tenha sido provada judicialmente. Muitas vezes, as pessoas aguardam os encaminhamentos referentes ao seu processo em condições totalmente inadequadas, com a convivência da Justiça. Nas demais instituições prisionais, o clima é desumano e de terror, principalmente por causa da infecção da presidência do Estado e da força da organização.

Outro elemento importante é a promoção da cultura da paz entre as pessoas. Hoje em dia, percebemos um crescimento cada vez maior de uma cultura de guerra em meio a qual todos estão, pensando em se armar para enfrentar as dificuldades por meio de um conflito aberto. Contribuindo para a disseminação dessa cultura.

Devemos desenvolver a cultura da paz, a cultura da não-violência, que não significa passividade diante dos problemas, mas a mediação pacífica dos conflitos, a tolerância às diferenças e o foco das ações não nos bens materiais, mas na pessoa humana. A violência é uma das marcas presentes na nossa sociedade, e isso significa ameaça à Segurança Pública e exige de nós preocupação e protagonismo.

Nós não temos a capacidade de reconhecer a violência que está na nossa realidade pessoal e social, pois, diante dos grandes problemas que atingem a nossa sociedade como um todo, a violência próxima parece insignificante. O resultado disso é que a violência próxima de nós sempre é marcada pelo critério da normalidade ou da tolerância e parece não contribuir para o crescimento da violência em geral. Essa situação torna-se insersível diante dos problemas. Assim, a violência que se manifesta na vida doméstica, contra as crianças e os idosos, no trânsito, nas pequenas delinquências, geralmente vinculadas ao universo das drogas, no problema das crianças e adolescentes em conflito com a lei e em outras formas que fazem parte da nossa realidade mais próxima, não nos desafia ao protagonismo.

Precisamos ver a violência na nossa realidade mais próxima para nos sensibilizar e mobilizar, assumindo a nossa responsabilidade pessoal e comunitária no que diz respeito a esse problema e à promoção da cultura da paz.

A sociedade brasileira tem como eixo central o poder econômico. Esse fato faz com que haja uma desigualdade social perigosa. Todas as pessoas são iguais perante a lei, mas a centralidade do aspecto econômico gera uma sociedade de privilégios na qual é importante o enriquecimento cada vez maior, por isso significa ainda mais privilégios.

Quanto ao trabalho forçado, a Human Rights Watch frisa que o Governo Federal brasileiro vem dando passos para erradicar essa prática desde 1995. No entanto, a ONG lembra que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da CNBB coletou denúncias referentes a 8,6 mil pessoas submetidas a condições de trabalho forçado em 2007. No mesmo ano, houve quase seis mil liberações. A esse desafio se soma um trabalho marcado por ações educativas que forme a consciência das pessoas sobre a questão da negação de direitos como causa da violência, uma vez que essa negação gera uma luta legítima para a conquista deles, luta que nem sempre segue os caminhos da Justiça e do direito.

Pelo exposto, fica claro que um dos caminhos mais importantes para a conquista da Segurança Pública é a forma, o de todos, segundo o Evangelho e os valores Éticos que fundamentam a cultura da paz. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) com a palavra o Dr. Wellington Melo de Souza.

Dr. WELLINGTON MELO DE SOUZA (Coordenador Diocesano da Campanha da Fraternidade) com o Senhor Presidente Edvaldo Magalhés, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, lideranças da Igreja Católica presentes neste plenário e cristãos que estão no Salão do Povo, sejam bem-vindos.

A Campanha da Fraternidade aconteceu pela primeira vez, em âmbito nacional, em 1964 e vem sendo realizada todos os anos. ... uma campanha quaresmal, que une em si as exigências da conversão, da oração, do jejum e da esmola através do social, relevantes para o país como um todo. Ela tem início na Quaresma e convoca os cristãos a uma maior participação nos sofrimentos de Cristo, como possibilidade de auxílio aos pobres. A Campanha da Fraternidade é uma proposta evangelizadora, em preparação à Páscoa, voltada à conversão pessoal e comunitária. ... um grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal da conversão, da renovação interior e da ação comunitária em preparação à Páscoa.

Até hoje, a Campanha da Fraternidade tem como objetivos permanentes:

- Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, a busca do bem comum;
- Educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
- Renovar a consciência da responsabilidade de todos na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária. Então, para cada ano, se escolhe um tema evangelizador, que dinamize uma ação concreta em favor dos necessitados.

A CNBB define esses temas, conforme as diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, a partir de critérios relacionados aos aspectos da vida da Igreja e da sociedade, sobretudo os desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Este ano, a Campanha da Fraternidade apresenta-nos como tema "Fraternidade e Segurança Pública" e como lema: "A paz é fruto da Justiça (Is 32, 17)". A CNBB pretende, com esta Campanha, debater a Segurança Pública, com a finalidade de colaborar na criação de condições para que o Evangelho seja mais bem vivido em nossa sociedade por meio da promoção de uma cultura da paz, fundamentada na justiça social.

A cultura da paz e não violência teve seu início no Velho Testamento, quando o profeta Isaías anuncia que o Messias será causa de alegria para o povo e iluminará todos os que estão na escuridão; ele será o Príncipe da paz (cf. Is 9, 1-5). A promessa feita por Deus através do Profeta Isaías realiza-se em Jesus. Ele é o Messias, o Príncipe da paz enviado por Deus a todos, porque vai realizar a salvação da humanidade e a reconciliação de todos com o pai. Jesus disse: "Deixai-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não é a maneira do mundo que eu a dou. Não se perturbe, nem se atemorize o vosso coração (Jo 14, 7). Ele dá a todos a paz porque ele se depara todos, a fim de que a reconciliação aconteça e a paz possa ser verdadeira. ... Ele quem ilumina os caminhos e dirige os passos de todos no caminho da paz (cf. Lc 1, 79), que traz a paz aos homens de boa vontade (cf. Lc 2, 14) e é reconhecido como o enviado por Deus para trazer a paz (cf. Lc 19, 38). Na entrega generosa de Jesus pelo mundo, a paz encontra seu fundamento e a sua possibilidade de tornar-se real.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) com a palavra o Reitor da Catedral, Padre Míssimo Lombardi.

Padre MÍSSIMO (Reitor da Catedral) com os Caríssimos Deputados e Deputadas, V. Exas. têm uma missão extraordinária, porque foram escolhidos por todo o povo acriano para somar forças e enfrentar esse desafio que, humanamente, é impossível solucionar.

Lembro-me de certa vez que andei pelo Beco do Abacaxi, com o então delegado, agora Deputado Walter Prado. Fomos ao encalço dos ladinos que arrombaram a Paróquia Cristo Libertador e ele, com muita coragem, percorria aqueles becos, no intuito de capturá-los. Então eu disse-lhe: Delegado não faça isso, não é bom arriscar tanto a vida.

Na realidade, o problema é outro. A cidade cresceu sem estrutura e nos becos haver sempre violência e insegurança. Temos que solucionar o problema do desemprego, que contribui para o tráfico de drogas.

Vejo o Deputado Donald, que desde que eu conheci, se dedica a erradicar, no nosso Estado, o problema da dependência química. Mas é claro que são muitos os desafios que humanamente não solucionaremos em um curto espaço de tempo. Por isso nos envolvemos na Campanha da Fraternidade, pois a realidade que vemos pode até nos desanistar. Fala-se muito de violência na família. Inclusive, as revistas que recebemos nesta semana, trazem em letras garrafais o perigo estando em casa. Fala-se de pedofilia, de violência contra as mulheres. Os meios de comunicação são alimentados pela violência cotidiana: no campo, contra os povos indígenas, no trânsito, contra os defensores dos Direitos Humanos e contra os policiais.

Agora, diante de todos esses desafios, nós devemos clamar, antes de tudo, a Deus, que sempre nos dá o alimento de sua palavra. Hoje, pela manhã, como todos os Padres e Diáconos estão fazendo, abrimos a nossa Bíblia e o trecho indicado foi do livro de Levítico, que parece mesmo a palavra de Deus falando para todos nós. Diz assim: "Eu sou o Senhor vosso Deus. Pois bem, Ele é quem manda: não furtareis. Não mentireis. Não vos defraudeis uns aos outros. Talvez esse seja o caminho para alcançarmos a Segurança Pública. Não oprimirás o teu próximo, nem o roubarás. O salário do operário não ficará em teu poder até o dia seguinte. Não amaldiçoarás ao surdo, nem porás tropeços diante dos cegos, pois são pessoas enfraquecidas, das quais, às vezes, tentamos nos aproveitar".

Levanta-se diante de uma cabecinha branca, respeitando os mais velhos. Respeitando a honra e a pessoa do ancião, se um estrangeiro vir morar em vossa terra. Aqui no Acre, tem muitos estrangeiros, inclusive eu. Mas, graças a Deus encontrei uma terra hospitalar. No Acre tem muitos bolivianos, colombianos, peruanos. Isso é muito bom, significa que é uma terra onde se pratica a hospitalidade. Na Catedral, após a missa, sempre pergunto se tem alguém de outro Estado e digo-lhe que se aproxime, porque quero que ele volte para sua terra dizendo: "o povo acriano é hospitalar". No Acre, vivem pessoas de todas as partes como: Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e até de Portugal. No domingo passado, se apresentou um Português e eu parabenizei-lhe, porque o estrangeiro tem que se sentir amado.

"Nós cometemos injustiças no julgamento e nas leis. Portanto, isso serve para os Deputados. ... a palavra de Deus é que estou inventando nada. Aqui, a Bíblia nos exorta: "Tende balanço justa". Isso envolve o Judiciário. Depois vemos mais adiante: "Pesos justos e medidas para os úlidos e líquidos justos". Eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos tirei do Egito. Meus queridos irmãos, estamos todos envolvidos nessa Campanha extraordinária que não termina nesse quaresma. Ela deve ser contínua, porque quando temos segurança, temos medo, temos tranquilidade, vivemos felizes.

Ouvi a propaganda do Governo do Estado que diz assim: iNo ano 2010 o Acre vai ser um estado onde as pessoas viver,,o mais tranquilas e mais felizes. Portanto, falta somente dois anos. Estamos somando forÁas para que essa nova era de paz para o Acre chegue logo. E por que n,,o dizer para todo o Brasil e o resto do mundo? Obrigado.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHvES**) ñ Com a palavra o Deputado MoisÈs Diniz.

Deputado **MOIS...S DINIZ** (Líder do Governo) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estimado Bispo Dom Joaquim, companheiro Dr. Wellington, combativo Padre M·ssimo, quero cumprimentar o ex-Padre e ex-Deputado Pacífico, que continua militante da Igreja CatÚlica e tambÉm com um carinho muito especial o irm,,o Ferrarini, da CongregaciÁ,o dos Irm,,os Maristas, da qual eu e o Deputado Edvaldo fizemos parte e que me traz saudades. Foi l que eu aprendi a ser digno e a respeitar a todos.

A Campanha da Fraternidade de 2009 aborda um tema que nos faz olhar para dentro de nÙs mesmos, antes de olhar para a quantidade de presídios, armas e policiais. Sob o tema iA Paz È Fruto da JustiÁa, a CNBB conclama os brasileiros a fazerem uma reflex,,o sobre os valores que cultivamos e que movem a sociedade.

Como est· a minha famÍlia? Como anda a minha solidariedade? O que fiz hoje para que o mundo fosse menos violento? O que eu deixei de fazer hoje para que um homem, uma mulher, um anci,,o, uma crianÁa fosse poupadado do abuso, da violÍncia, da sexualidade precoce, do preconceito, da morte?

Nosso di·logo sobre a Campanha da Fraternidade 2009 da CNBB vai se iniciar com um fato b·rbaro, ocorrido numa comunidade rural do Acre: Degivane Ribeiro da Silva, 21, o iCibiricaí, est· no presídio Manoel NÈri da Silva em Cruzeiro do Sul desde 13 de novembro passado. Ele foi preso em flagrante, apÙs ter matado com uma facada no peito o agricultor Manoel Osmilde Nunes Barbosa, 44 anos. O crime aconteceu na Vila Lagoinha, BR-364, onde a vÍtima e o acusado moravam. Segundo a polÍcia, o agricultor foi morto porque tinha denunciado iCibiricaí ‡ JustiÁa sob acusaÁ,o de estupro contra sua filha, uma adolescente portadora de necessidades especiais, o abuso resultou em uma gravidez indesejada.

No dia 20 de agosto de 2007, iCibiricaí matou com uma facada nas costas um adolescente de 17 anos, prÙximo ao Mercado Minhoc,,o, na ·rea comercial da cidade. Apesar do crime ter acontecido durante a manh,, aos olhos de todos, ele conseguiu escapar da polÍcia e se apresentou na delegacia apÙs o flagrante, sendo liberado em seguida. Mesmo com a acusaÁ,o de estupro, a autoridade policial n,,o efetivou a pris,,o preventiva de iCibiricaí, que passou a ameaÁar o agricultor Manoel Osmilde, pai da vÍtima, por este ter procurado a JustiÁa.

Uma audiÍncia estava marcada para o dia 28 desse mÍs, mas antes que acontecesse, iCibiricaí decidiu matar o trabalhador. No momento do crime ele conseguiu fugir, mas durante a noite, quando caminhava pela BR-364, foi surpreendido por um agente da PolÍcia Civil que atua na Vila Lagoinha, dessa vez foi preso em flagrante e est· no presídio, onde vai aguardar julgamento pelos crimes que praticou. Aqui se percebe que a polÍcia foi profundamente falha e n,,o agiu com rigor e nem com eficiÁencia, podendo ter evitado o segundo e o terceiro crimes.

Mas, como evitar um estupro, perpetrado por um jovem de alma pervertida e dominado por todos os demÚnios que pupulam numa alma sem famÍlia, sem formaÁ,o e sem Deus? Nem um milh,,o de policiais evitaria que um jovem criminoso estuprasse aquela jovem indefesa.

Sem negar a necessidade de uma SeguranÁa P·blica eficiente e forte no combate ao crime, a CNBB argumenta que a violÍncia tem fonte e origem em um intrincado labirinto de fatores objetivos. Com um profundo olhar solid·rio, a CNBB questiona a concentraÁ,o de renda e riquezas que aviltam o homem e produz a violÍncia num dos pÙlos da sociedade. E pergunta o que cada um pode fazer, alÈm de aguardar as rondas policiais para que a violÍncia n,,o aconteÁa?

Diz-se que a morte È um plano irrepar·vel ao homem que foi feito ‡ imagem e semelhanÁa de Deus. Portanto, evitar a violÍncia È mais importante do que encontrar a puniÁ,o para o crime. A vida humana È colocada no centro dos valores da civilizaÁ,o e protegí-la torna-se a aÁ,o mais importante na ·rea da SeguranÁa. Que caminhos devemos trilhar para que uma deficiente mental n,,o seja estuprada, para que um anci,,o n,,o seja espancado dentro do seu casebre e uma mulher indefesa n,,o seja assassinada por um marido bÍbado? A paz È fruto da justiÁa, da JustiÁa da terra, da justiÁa entre o homem e a mulher, entre brancos e negros, entre indÍgenas, entre credos. Viveremos mais onde houver mais JustiÁa e mais fraternidade, onde o homem for mais solid·rio e perceber que aquele que est· ao seu lado nunca quis deixar de ser irm,,o.

A CNBB nos convida a aprofundar o di·logo sobre o sentido da vida e a encontrar o caminho de sua proteÁ,o; o caminho da seguranÁa para as nossas famÍlias. Que encontremos um jeito de envolver a sociedade e suas organizaÁies no di·logo sobre as soluÁies para as situaÁies de violÍncia e de inseguranÁa que cercam nossos lares.

Acreditamos na humanidade e na sua capacidade de superar a maldade e a dor. Lutaremos para que cada vez mais a sociedade saiba reagir ‡s situaÁies de indecÍncia contra a vida e a dignidade humana. Seremos aliados de todo e qualquer procedimento que proteja a vida humana e evite a prostituiÁ,o dos valores da civilizaÁ,o. Por isso o nosso elogio ‡ luta profÈtica da CNBB em defesa da vida. Estaremos ao lado dos bispos, dos padres, dos religiosos e dos leigos da Igreja CatÚlica em sua caminhada milenar, em defesa dos homens, em defesa da decÍncia humana, da dignidade, da vida. Vida longa ‡ CNBB e sua vigorosa pregaÁ,o em defesa da vida. Obrigado.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHvES**) ñ Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros da Imprensa, Dom Joaquim, nosso Bispo, Padre M·ssimo, Dr. Wellington, Senhoras e Senhores no Sal,,o do Povo, eu cumprimento a todos em nome da querida Irm,, Eva, da ParÚquia Imaculada ConceiÁ,o.

O documento lido pelo Bispo Dom Joaquim nos faz relembrar tudo que temos debatido aqui durante esses ·ltimos anos, acerca da SeguranÁa. Esse documento deveria ser leitura de cabeceira de qualquer Governo, Secret·rio de SeguranÁa P·blica, Promotor de JustiÁa, Defensor P·blico ou membro do Judici·rio. Dessa forma, todos poderiam contribuir mais com a SeguranÁa P·blica do nosso PaÌs.

Eu n,,o sou poeta, portanto, n,,o posso proferir um discurso como o do nosso querido Padre M·ssimo ou Deputado MoisÈs Diniz, mas falo como polÍtico. N,,o sei se fomos nÙs ou a Igreja que errou, pois seria importante que estivesse aqui presente, para ouvir esses relatos, a Secret·ria de SeguranÁa P·blica, o Diretor da PolÍcia Civil, o Diretor do Detran, o Comandante da PM, o Comandante do Corpo de Bombeiros, membros do MinistÈrio P·blico, do Judici·rio, da Defensoria P·blica e o Diretor da Penitenci·ria. Todas essas pessoas deveriam estar aqui, ouvindo nosso debate e vendo onde est,,o os defeitos.

O relato do Deputado MoisÈs Diniz contempla o que o Dom Joaquim falou e que nÙs temos mostrado aqui para o nosso Governo. Se todos se unissem em torno de um programa para a SeguranÁa e esse realmente funcionasse, certamente a situaÁao melhoraria. Esse programa que temos È bom, Dom Joaquim, mas foi elaborado h· mais de um ano e atÈ agora n,,o estamos vendo nada sendo feito. Vemos aqui, que a CNBB coloca : luz do dia, os problemas da SeguranÁa.

Na semana passada, eu comentei aqui sobre o caso de um rapaz que cometeu um assassinato e foi preso. Depois foi solto para passar o Natal com a familiia, o que n,,o deveria ter acontecido, pois ele n,,o foi tratado como deveria no PresÌdio e praticou mais dois assassinatos. Matou um cidad,oo ali perto do Hospital Santa Juliana, para roubar sua moto e um trabalhador que estava abrindo seu comÈrcio. Ambos foram mortos com um tiro. Esses crimes foram cometidos em menos de 24 horas. Mas existe um culpado nisso e a Igreja CatÚlica est· mostrando. Hoje nos sentimos mais fortificados, Dom Joaquim.

Eu integro a SeguranÁa P·blica, sou Militar da Reserva, Capit,oo da PolÌcia Militar e eu sei que d· para darmos um basta, para melhorar, n,,o acabar, mas minimizar o quadro de inseguranÁa no nosso Estado, que È t,,o pequeno.

Um dos jornais que circula na capital, hoje tr·s as seguintes manchetes: ipai drogado espanca filho de dois anos; iPolÌcia Federal apreende mais de dez quilos de cocaína; iMenino de dois È estrangulado pelo padrasto. Eu acredito Senhores, que nesses ltimos dias j· foram apreendidos mais de 200 quilos de cocaína neste Estado. PorÈm, a notÍcia que mais me chamou atenÁ,o È a seguinte: idefesa quer livrar coronel do j·ri popular. Esse seria um caso para a OAB debater dentro do nosso programa. Os culpados pela impunidade somos nÙs mesmos e a JustiÁa. Dessa forma d· a impress,,o de que queremos absolver os culpados e n,,o coloc·-los na cadeia.

Eu reportei aqui, na Sess,,o do Dia da Mulher, sobre um crime b·rbaro cometido em Goi,nia, onde o cidad,oo matou a namorada porque ela estava pleiteando uma pens,,o alimenticia para o filho de oito meses que tambÈm foi morto. O criminoso enterrou a m,,e com o filho sentado sobre seus seios. Mas o pior desse crime Dom Joaquim, È que ele n,,o ficou preso, porque È rÈu prim·rio.

Diante disso eu penso: como vamos viver? Imaginem um criminoso entrar na minha casa, me d· um tiro, me rouba, estupra minha filha, que Deus me livre e È preso, mas de repente È solto, porque È prim·rio. Onde nÙs estamos? Que paÍs È esse?

Como o Padre M·ssimo falou o Acre pode ser o melhor lugar para morar, desde que as autoridades deste Estado realmente queiram fazer o m·nimo pela SeguranÁa P·blica, com respeito, dedicaÁ,o e rigor. Podemos melhorar muito Dom Joaquim, principalmente agora, com a colaboraÁ,o da Igreja, pois È uma quest,,o de nÙs todos.

Temos visto na mÙdia que os criminosos est,,o comandando o Rio de Janeiro e S,,o Paulo. Dessa forma, eles est,,o mandando um recado para o Governo, para o Presidente.

A realidade dentro dos presÌdios tambÈm nos deixa indignados, pois um delinq,ente mata, estupra, vende drogas, È preso e vive como se estivesse no paraÍso. Casa pela internet, como vimos recentemente no Rio de Janeiro, onde o maior criminoso, o maior traficante do Brasil, obteve esse beneficio. Vive num apartamento que È a coisa mais linda do mundo. Depois, encontram alguns milhies de reais e n,,o sei quantos kilos de drogas. Isso foi mostrado na televis,,o para o Brasil todo ver. Existem celas que tÙm televis,,o, DVD etc. O que È isso?

Eu discordo da JustiÁa quando permite que a televis,,o mostre essas situaÁies, todos esses absurdos, como aquela novela em que o rapaz sai batendo em todos que encontra na rua; sai chutando e discutindo com os pais. Isso È um problema nosso. ... essa a Democracia que nÙs queremos? N,,o È a que eu quero.

Na Avenida Chico Mendes, todos os dias, : noite, nos deparamos com uma situaÁao ridÌcula. ... difÌcil para nÙs, pais, passarmos ali com nossas filhas e vermos um sujeito nu pela rua. Isso acontece diariamente.

Eu n,,o sou contra essas pessoas que se prostituem. ... direito delas. PorÈm, que o faÁam em outro lugar, fora da cidade.

Prostitutas e travestis ficam prÙximo : Catedral, : PolÌcia Federal e outras reas p·blicas do centro da cidade. NÙs temos denunciado essa situaÁao aqui. Podem ter certeza disso. E como falou o Deputado MoisÈs Diniz, vamos encampar essa luta. Eu j· estou fazendo isso e fico feliz por ver a Igreja tambÈm se envolver.

Parabenizo a CNBB pelo lema desse ano: iSÙ a JustiÁa gera a paz. A JustiÁa sÙ ser· alcanÁada se nos unirmos e assim teremos a paz desejada.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado Dom Joaquim. Desculpe-me por tÍ-lo chamado de Dom Moacir.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH·ES**) : Com a palavra a Deputada Idalina Onofre.

Deputada IDALINA ONOFRE (LÌder do PPS) : Senhor Presidente, Senhores Deputados, cumprimento a Mesa na pessoa do Bispo Dom Joaquim. Prometo que n,,o vou cham·-lo de Dom Moser. Cumprimento tambÈm aos presentes na pessoa da Irm,, Adelimia, conterr,nea, que agora est· morando aqui em Rio Branco. Inicialmente eu fiquei triste ao ver aqui um plen·rio repleto de pessoas comprometidas com a paz, com a n,,o violÍncia, com a vida e n,,o vi as pessoas que detÍm a responsabilidade de gerir os destinos do nosso Estado, principalmente no quesito SeguranÁa.

O tema da Campanha da Fraternidade sempre È muito bom, porque procura focar em algo que est· deficiente dentro da sociedade.

L· no Vale do Juru·, Deputado Nogueira Lima, tambÈm n,,o È diferente; um rapaz matou outro por causa de R\$ 1,00, no Bairro do TelÈgrafo e hoje est· solto, empinando pipa pelas ruas, rindo, andando para cima e para baixo, enquanto a familiia do morto chora a sua perda. Outro rapaz, filho do Vereador Celso Lima Verde, estava vindo do seu trabalho com uma m·quina roÁadeira, quando parou num barzinho para pedir um copo d·gua e foi assassinado por brincadeira. E o jovem que o matou est· l· livre, leve e solto.

A Campanha da Fraternidade foca, para mim, um problema muito sÈrio, que È a quest,,o da impunidade, pois hoje, que o que agrava mais o problema da violÍncia È a impunidade, que estimula a pr·tica de crimes, Deputado Donald.

Diz-se que a paz È fruto da JustiÁa e a violÍncia gera violÍncia. A preocupaÁ,,o da igreja em se comprometer È realmente muito bem-vinda, deveria ser abraÁada por cada cidad,oo. A responsabilidade pela SeguranÁa n,,o È sÙ dos Poderes P·blicos, È de cada um de nÙs. Muitas vezes somos excluídos do debate. Dom Joaquim, eu acho atÈ que V. Ex· poderia fazer o casamento perfeito desse texto-base da Campanha da Fraternidade com aquele CD que o Deputado Walter Prado trouxe, mas n,,o nos foi apresentado. Tenho certeza de que essa uni,,o daria uma bela parceria.

Mas na nossa SeguranÁa, n,,o vimos nenhuma aÁ,o concreta para que a violÍncia seja minimizada, principalmente, porque as causas, que s,,o: o desemprego, a EducaÁ,,o e a Sa·de deficientes, n,,o s,,o atacados. Eu sempre digo que as obras realizadas pelo Estado tÙm que ter uma funÁ,,o social, sen,,o elas n,,o tÙm sentido de existir. NÙs vemos que È investido muito dinheiro em nosso Estado, todavia, muitas dessas obras est,,o virando museus. Enquanto que se algumas aÁies fossem melhores direcionadas, melhorariam a qualidade de nossa vida.

Eu trabalhei por mais de dez anos na Pastoral Carcerária e sei o quanto é difícil, Dom Joaquim. Trabalhar com fragmentos é muito mais complicado do que construir um ser humano, que é o que a escola faz. Na penitenciária recebemos pessoas totalmente desestruturadas, mutiladas. E se formos ouvir cada uma, ali é que entenderemos porque elas chegaram ali. Porque no decorrer de suas vidas elas foram excluídas de seus direitos como: moradia, emprego, etc. Então, fica difícil trabalhar essas criaturas.

E eu aqui puxo um pouco a brasa para nossa sardinha, porque eu acho que a Pastoral Carcerária de Cruzeiro do Sul é um modelo a ser seguido. Trabalhando nessa Pastoral há 10 anos, foi onde aprendi a ouvir e a entender as dores do ser humano, que muitas vezes vai afogar seus problemas, Deputado Donald, na cachaça.

Hoje, vemos nas comunidades do Vale do Juruá crianças, pela falta da droga, cheirando gasolina, querosene. E quando tomo conhecimento desses problemas, fico tristecida porque já sei que aquele cidadão é um futuro cliente da penitenciária Manoel Neri.

Durante todos esses anos, o trabalho não parou. A fonte guerreira é a irmã, Adila, auxiliada pela a Marlise. E por incrível que pareça, Dom Joaquim, as mulheres estão muito mais dispostas a desenvolver esse trabalho da Pastoral. Tornamo-nos melhores daquelas criaturas que, muitas vezes, chegam lá doentes, precisando de um ombro para confidenciar as suas amarguras, seus sofrimentos. Elas fazem um bellíssimo trabalho; tem a horta, a agricultura e a Irmã, sempre diz: a gente colhe aquilo que planta. Eles estão plantando e colhendo melancia, pepino e também dignidade.

Na penitenciária Manoel Neri existe também uma escola de marcenaria, tudo isso faz parte de um trabalho de resgate, para quando esse cidadão voltar à sociedade, ele volte bem melhor do que quando chegou.

Vou citar aqui uma frase de um grande amigo meu: "A partir de hoje não me chame mais de Padre Frederico. Hoje, você vai me chamar de Frederico porque nós somos irmãos. Se cada um de nós nos conscientizarmos do nosso papel de mensageiro da bondade de Deus, seremos capazes de mudar a nossa sociedade".

Santa Julia falava muito da bondade de Deus. Do quanto Deus é bom. E se cada um de nós incorporarmos a mensagem de Santa Julia, com certeza vamos iniciar o nosso paraíso aqui, que é isso que Deus quer.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) — Com a palavra a Deputada Antonia Sales.

Deputada **ANTONIA SALES (PMDB)** — Senhor Presidente Edvaldo Magalhães; Bispo Dom Joaquim Pertiñez, Deputado Taumaturgo Lima; colega de partido, Dr. Wellington, que também é irmão em Cristo e Padre Míssimo que fez uma citação belíssima, que eu gostaria até que ele me desse a referência bíblica para que eu possa ler e também fazer como prática do dia-a-dia e que deveria ser também o livro de cabeceira de nossas autoridades constituidas, principalmente daqueles que tratam da Segurança, dos nossos governantes e porque não dizer de todos nós.

Quero saudar a todos e parabenizar a iniciativa do nosso amigo Moisés Diniz que lembrou de realizar esta Sessão muito oportuna e pertinente sobre a Campanha da Fraternidade da CNBB, que traz como tema: a Fraternidade e Segurança Pública.

Diariamente nos preparamos com as notícias, com problemas que todos lamentam e comentam: nós já estamos perto do fim do mundo. Pais estuprando filhas; tios estuprando sobrinhas; velhinhas sendo mortas pelos próprios filhos; filhos matando os seus pais, são coisas que não ouvimos falar antigamente.

Quero me reportar também à Deli, que hoje foi citada como cruzeirense. Há vinte anos o seu primo, ex-Deputado e hoje Prefeito de Cruzeiro do Sul, Wagner Sales, a hospedava na nossa casa, assim como outras pessoas que vinham para Cruzeiro do Sul a tratamento. Lembro-me de que você dizia assim: "Ah! Meu Deus, eu queria ficar boa desse problema do meu ouvido, porque só eu não posso ser freira". Ali eu disse-lhe: "Se você não pode ser irmã, por vontade de Deus, pode servir a Deus". Essas são as mesmas palavras que minha amiga e madrinha freira me disse, pois eu estudei no internato e certa vez, quando eu tinha 17 anos, eu disse para Irmã, que eu queria ser freira, ali ela me disse: "Você não serve para ser freira". Eu perguntei assustada, por que eu não posso? Se você foi para o convento com 17 anos? Ali ela disse: "Você pode, porque você está querendo me imitar. Você não pode ser freira, porque procura muito a perfeição. E nós somos seres humanos, também passíveis de pecado. Você pensa que lá na nossa Congregação tudo é perfeito. Você pode não ser freira, mas pode servir a Cristo, sendo boa mãe e profissional; se continuar solteira, pode servir aos teus irmãos". Então, isso eu levei dentro de mim. E foi a resposta que eu dei para você, não foi Deli?

Bispo Dom Joaquim, esses acontecimentos horríveis que estamos vendo hoje demonstram que as pessoas se distanciam de Deus. Não temos mais o amor de Deus nos nossos corações. Ele que morreu para nos trazer a paz ao invés da violência. O que é que nós estamos fazendo para agradecer o que Ele fez? Lembro-me de quando eu estudava o primário, as escolas nos ensinavam boas maneiras, como auxiliar as pessoas em dificuldades. Hoje nós não vemos ninguém fazendo isso, não respeitam os idosos nos ônibus; ninguém ajuda uma pessoa a atravessar a rua, vemos gestantes penduradas no corrimão dos ônibus e os jovens não têm coragem de ceder o lugar para essas pessoas. Precisamos ensinar nossos filhos a ter bons costumes, a ajudar o semelhante.

Lembro-me que eu vinha de Cruzeiro do Sul e na hora de tirar as bagagens tinha uma moça que estava com dificuldade para pegar uma mala enorme da esteira. E vi muitos homens do lado dela e nenhum teve coragem de ajudá-la, mas eu a ajudei e ainda disse para os homens que estavam por perto: acabou-se o cavalheirismo hoje em dia. Perdemos os valores morais, mas temos que praticar, começando pelos nossos lares.

A classe política, Senhor Bispo é muito criticada na maioria das vezes, mas somos nós que muitas vezes ajudamos aquelas pessoas que ficam sofrendo principalmente em relação a saúde. Não devemos esperar que somente os governantes e a classe política façam isso. Por que não olhamos para o nosso irmão que está do nosso lado? Para aquela criança que bate na nossa porta pedindo comida? Porque pensamos que ela vai usar o dinheiro para comprar drogas. Vai ver que muitas vezes ela está com fome e pede dinheiro, realmente para comprar comida.

Então, a prática deve começar por nós, nas nossas famílias que é a base de tudo, devemos amar ao próximo e dar às pessoas uns aos outros.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) — Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO (Sem Partido)** — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar dando boas-vindas ao Bispo da nossa Paróquia, Dom Joaquim, ao Padre Míssimo e ao Dr. Wellington, e a todos que nos honram com vossas presenças no plenário desta Casa, já que esta Sessão Solene é uma das raras oportunidades em que a Assembleia para as suas atividades legislativas e deliberativas para ouvir ou homenagear atos grandes, que merecem a reverência do povo acreano.

A Assembléia Legislativa, nesta data, se curva à importância do tema levantado pela Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E, por ser uma Sessão importante, ela deveria ter sido mais divulgada e mais agentes políticos deveriam ter sido convidados para participar deste ato solene, porque esta Casa não se reúne para este tipo de Sessão muitas vezes por ano.

O meu companheiro, Deputado Nogueira Lima, já falou aqui, que nós estamos ressentidos pela ausência das autoridades ligadas a questão da Segurança Pública do Estado do Acre. Não sabemos por que não vieram, nem se foram convidados ou não. Mas deveriam estar aqui participando dessa solenidade porque o tema é importantíssimo.

O tema Segurança, talvez, não tem interesse para um repórter que escreveu numa revista da empresa Gol Linhas Aéreas, que em visita ao nosso Estado, fez a seguinte afirmação: «O Acre não se encontra em pacotes e destinos turísticos do restante do Brasil, mas reserva maravilhosas surpresas para os turistas curiosos. A cidade é um oasis de tranquilidade, com ruas limpas, tráfego de bicicletas, raríssimas buzinas». Mas com certeza esse ilustre repórter não veio a Rio Branco, porque somos uma cidade provinciana de 300 mil habitantes e temos índices de violência comparáveis ou superiores às grandes metrópoles.

Acontecem coisas em nosso Estado que nem nas rotuladas favelas do Rio de Janeiro ocorrem. Eu não me sinto tranquilo no Estado do Acre. Por onde andamos ou conversamos com a população, o tema da Segurança Pública é, sem medo de errar, o que mais nos aflige. A situação é tão complexa que se não formos levantar a rotatividade dos Secretários de Estado, é exatamente na Segurança onde ocorre o maior entra e sai de Secretários, como: Salete Maia, Fernando Melo, Lourival Marques ou seu filho Cassiano Marques, Antonio Monteiro que saiu e ninguém sabe o porquê e agora a Doutora Mônica Regina. Então, é isso que passa o maior número de Secretários.

Concordo quando o meu companheiro Moisés Diniz diz que ocorrem situações aqui no nosso Estado que nem com um milhão de policiais em volta seriam evitadas. Mas, na maioria delas, Dom Joaquim, Padre Mazzrimo, se não tivessemos, pelo menos, a presença de uma viatura com um cabo e um soldado, elas não ocorreriam. Inclusive, divulguei aqui, assim como outros Deputados também o fizeram, o descaso do Estado. Perdoem-me a brincadeira, mas é uma Casa política e a Segurança é um dever do Estado, portanto, não posso reclamar ao Bispo, mas sim ao Estado.

Em Brasília, nesse final de semana, devo ter ido ao lado boliviano algumas vezes, mas em nenhuma delas eu vi sequer um policial. Mas nos relatos que o Juiz da Comarca enviou a todos os Deputados, foi anexado um depoimento de um reeducando em liberdade condicional, que afirmava que ia e vinha da Bolívia com carros e motos roubados a hora que bem entendia. Ora, se pelo menos tivesse um policial, com certeza, não haveria este tipo de ilegalidade. Portanto, somos cobrados aqui pelos nossos palestrantes, de que esta Assembléia deve dar a sua contribuição, sugerindo, criticando e apresentando alternativas que se relacionem com a melhoria da Segurança Pública no nosso Estado. E é exatamente isso que não fazemos aqui todos os dias. De onde parte as denúncias das condições insalubres das delegacias? Daqui! Quem reclama a ausência de delegados e policiais nos distritos? Os Deputados. Eu não vou citar nomes, porque quase todos fazem aqui essa cobrança. Quem denuncia maus tratos dentro da penitenciária, ou que pelo menos demonstra visibilidade a essas denúncias? ... a Assembléia.

Mas, meus ilustres palestrantes e convidados, não somos limitados; aqui é uma Casa política, de debates, confronto de opiniões e muitas vezes aqueles que compõem a maioria e fazem isso de forma democrática, não reconhecemos, às vezes, acham que queremos

transformar esses debates em ações politiqueras. Inclusive, nunca conseguimos aprovar nesta Casa, um Requerimento convocando o ex-Secretário de Segurança Pública. Sempre nossas pretensões foram barradas. Ora, como vamos discutir Segurança, sem conversar com o gestor principal, que é o Secretário?

Dom Joaquim, Padre Mazzrimo, Dr. Wellington, a CNBB sempre levanta temas inquestionáveis. A paz e a Segurança Pública são temas que não merecem qualquer reparo, qualquer adendo, mas é preciso debatê-los todos os dias do ano, todos os dias da nossa vida.

E no mais queria aqui ressaltar que as famílias, as pessoas devem revigorar sentimentos de fraternidade e espirituais, pois muitos casos de violência partem da própria natureza ruim do ser humano e por outro lado, devemos cobrar mais investimentos do Governo, não apenas no combate à violência, mas, sobretudo, nas causas que a provocam, como por exemplo: A União deveria investir juntamente com o Governo Estadual para que o Acre fosse desbanhado da condição de maior corredor de tráfico de drogas do Brasil. Não temos que perder esse título, porque ele não nos honra. E o Estado do Acre, sem dúvida nenhuma, é o maior corredor de tráfico de drogas internacional e nacional.

Portanto, considerem que se conseguíssemos fechar as fronteiras do nosso Estado, que é a entrada do tráfico de drogas, com certeza, reduziríamos a violência local.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) não Gostaríamos de fazer um esclarecimento, tendo em conta as referências já feitas não só pelo Deputado Luiz Calixto, mas por outros Deputados.

O formato dessa Sessão foi decidido, inclusive, pela nossa Diocese e tem por finalidade homenagear o tema que a CNBB está propondo para a Campanha da Fraternidade. Então, o formato não é de um debate com as autoridades do Estado, tanto é que não convidamos as demais autoridades de Segurança Pública, o que não nos impede de fazermos em um outro momento. Eles não foram convocados pelo formato combinado entre o autor do Requerimento e a nossa Diocese. Com a palavra o Deputado Donald Fernandes.

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) não Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos. Cumprimento toda a Mesa em nome do Padre Mazzrimo e já de início, agradeço os elogios que ele me fez. Confesso que não os mereço. No Acre, o seu nome significa um baluarte na prevenção e tratamento de dependentes de drogas. Minha mulher trabalha na Apadeq há muitos anos e eu próprio aprendi muito com ela e pratico muito do que aprendemos naquele hospital, onde o Senhor foi um grande intermediário.

Eu não quero, de maneira nenhuma, personalizar a violência, porque me perderia. Mas vou abordar o tema em duas modalidades: primeiro, nessa que atinge as famílias e a sociedade geral, gerada em consequência do uso das drogas. Eu creio que não ainda não demos a devida importância a esse problema. Estamos sofrendo demais pelas consequências do consumo de drogas. Aqueles que se deixam adoecer nesse processo, são responsáveis por mais de 75% da violência urbana, sob a mais diversas modalidades. Sejam homicídios; suicídios, muito comum nos jovens atualmente; acidentes de trânsito etc. Todos esses transtornos têm no seu bojo, o uso abusivo e a dependência de drogas. E não, não estamos tratando o problema com a seriedade que ele requer.

Eu nasci no Papouco, filho de lavadeira e de um pai que bebia muito, embora fosse marceneiro. Minha vida tinha tudo para dar errado.

Essa criança, nascida nessa humilde casa, onde passa-se fome, onde dificilmente tem-se uma boa educação, onde contraem-se doenças sem que ela possa se proteger de alguma forma, porque o Estado não oferece proteção, tem, realmente, um berço difícil. A primeira coisa que é feita quando nasce uma criança num berço desse é chamar aqueles pobres vizinhos, aqueles amigos ali, para comemorar o nascimento daquele seu filho e a comemoração, também chamada imijo da criança é sempre uma cachacinha.

Nós aprendemos a beber desde que nascemos e cortamos o cordão umbilical. E vamos caminhando na vida, nos embates de uma vida difícil, sobretudo quando se é pobre, tendo uma educação de qualidade inferior; uma saúde de não atendida nas suas necessidades básicas e criando uma personalidade bem deficiente, em decorrência de uma família muito pobre, onde o pai tenta arranjar emprego, dinheiro e não consegue.

Dentre os nossos jovens de 18 a 24 anos, 40% estão desempregados e quando conseguem um dinheirinho, passam num botequim para tomar uma cachacinha para ver se espairece, porque a luta é difícil. E espairece mesmo. Mas com isso, falta o leite em casa, falta atenção para a família e ao chegar a casa, a mulher reclama. Ai acontece todo aquele processo de violência na família. Pais que batem nos filhos, filhos que batem nos pais. Aí, e também se volta contra o pai. Perde-se, na família, o diálogo e o amor e instala-se a infelicidade.

Quando uma pessoa, criada numa família dessas, chega aos oito anos, tem uma deficiência enorme na sua personalidade e não procura outro caminho que não seja seguir o exemplo do pai. Inicia-se então, um novo processo de uso do álcool e logo vai para drogas mais prejudiciais.

Nós criticamos os jovens que, com apenas 11 anos, já estão na marginalidade; que não respeitam pai nem mãe. Mas eles não aprenderam isso. E quando eles se voltam contra a sociedade, é uma reação contra quem os perseguiu, os amassou. Em virtude dessa revolta, ele torna-se um pequeno delinquente. De certa forma ele está devolvendo a violência que recebeu desde que nasceu. E nós, críticos, dizemos que só filhos mal criados e que não têm amor. Mas não é bem assim. Uma criança dessas sofre todos os desajustes que existem. Suas ações só consequências de uma sociedade que, realmente, não toma os devidos cuidados, sobretudo com seus filhos.

Queremos cuidar de nossos filhos como uma galinha, que abriga sua ninhada sob suas asas, mas ninguém pensa no vizinho; não se conhece mais o vizinho, não sabemos o seu nome. O amor que eu tenho pelo meu filho, não pode ser diferente do amor que eu devo ter pelos filhos do meu vizinho. Mas nós não fazemos isso; não dividimos mais as dificuldades, como pedir um pouco de pão de café, um pouco de farinha, como antigamente se fazia, e não sei por quê. Tomamos outro caminho e hoje estamos criando pessoas aflitas, com dificuldade de viver, conflitando com a família e com a própria sociedade e nós não pensamos nisso. Essas pessoas só presas fáceis das drogas.

... claro que se as drogas têm chegado até elas, existe o risco, mas nós temos que pensar, basicamente, que a droga não teria sentido se nós tivéssemos famílias felizes, bem constituídas, dinamicamente harmonizadas, com amor, com carinho. Nós não pensamos na formação do homem, mas sim na exclusão pura e simples do indivíduo, quando na verdade a solução não é essa. Ela está lá embaixo, no amor, na vontade de criar uma pessoa direita. No respeito à pessoa humana. Nós não estamos fazendo isso, mas temos que pensar muito a respeito.

Há pouco tempo, o tema da CNBB foi sobre as drogas, mas não avançamos muito. Porém, demos muita visibilidade para esse problema acriano. E temos que continuar fazendo isso. Não estaremos combatendo as drogas enquanto formos egoístas;

enquanto acharmos que nossos filhos merecem muito mais e não nos preocuparmos com os outros. Enquanto não acabar com o desemprego desumano; não melhorar a Educação, pois um país não cresce sem uma boa Educação e boa Saúde Pública.

Temos que considerar também que não basta saúde física. Tem que ter saúde espiritual. O homem tem que estar com Deus. Tem que estar bem. Mas como um homem aflito pode estar pensando em Deus? Num Deus justo e perfeito? Esse é o maior crime que a humanidade comete. De certa forma, eu me associo a esse combate, pois o descaso com o ser é um crime que lesa a humanidade inteira.

Há outro crime também muito grave, que fere o direito da pessoa. Nós sabemos que para uma criança nascer, tem que haver uma coincidência interessante. Só Deus faria isso. O úvulo de uma mulher, só é fertilizável dois dias e meio por mês e o espermatozóide também dura apenas três dias. Então, para gerar uma criatura é necessário que o encontro do úvulo com o espermatozóide coincida com o período em que os dois estejam fertilizáveis. Quando esse ser humano é gerado, ele já tem seu DNA. E muitos os têm desrespeitado na sua essência, quando é feito um aborto, impedindo que uma pessoa viva. Isso é um crime, uma violência intolerável que não podemos aceitar.

Hoje, nós estamos vendo um partido político excluindo um Deputado Federal que defende abertamente essa causa, ou seja, é contra o aborto. Porém esse partido político não aparece, não se expõe. Também não vi, ainda, a CNBB se posicionar a favor desse Deputado. E precisa, porque ele está defendendo a vida. Aquilo que é de Deus. Portanto, não pode ser banalizado. Essa vida está se formando, caminhando para o cérebro e não pode ser descartada. Pelo contrário, deve ser protegida, através de um bom pré-natal e um ambiente propício para nascer. Essa criança precisa de uma vida feliz desde seu início, com dignidade e não torpedeando-lhe o caminho.

Não me interessa posições feministas, nem opiniões contrárias. Eu acho que se ela tem um DNA, foi concebido numa maravilhosa coincidência que só Deus poderia permitir, nós não temos o direito de cerceá-la.

Todos nós devemos nos unir, porque o aborto legalizado é uma forma grave de violência, porque atinge aquele que nem teve o direito de viver. ... silencioso, é perverso. Nós não podemos permitir esse crime contra a humanidade.

Os direitos políticos dos Deputados também estão sendo cerceados. Estamos silenciosos, calados, parados. Temos que nos indignar contra isso e nos manifestar.

Sintetizando, só veremos esses problemas minimizados, quando todos se conscientizarem de que devemos obedecer às Leis de Deus.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) — Com a palavra o Deputado Walter Prado.

Deputado WALTER PRADO (PSB) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos presentes no plenário e no Salão do Povo, a quem eu saúdo na paz do nosso Senhor Jesus Cristo. O encontro desta manhã, é para falar sobre um tema, Dom Joaquim, que na minha conceção, considero de extrema importância: é a Justiça e a Paz.

Há pessoas que estão completando, graças a Deus, 32 anos de serviços prestados na área de Segurança Pública. Talvez esse assunto seja o mais importante a ser discutido pela sociedade das capitais do Brasil, principalmente, daquelas onde a violência cresce de modo assustador.

Quero citar uma vers,,o diferente de um versículo bíblico: Se Deus n,,o guarda a cidade, em v,,o trabalha a polícia. ... com essa vis,,o e concepÁ,,o que hoje me sinto imensamente feliz, por participar da primeira ConferÍncia de SeguranÁa P`blica realizada no Estado do Acre. Padre M·ssimo, como Delegado de Polícia, talvez o nico olhar que dar· certo, È o da prevenÁ,,o.

Deputado Nogueira Lima, o Senhor È um profundo conhecedor do problema da SeguranÁa P`blica, ent,,o deve concordar comigo que a Polícia est· sempre chegando atrasada, somente para apurar os fatos e enviar delinquentes para a Penitenci·ria. Isso vai alÈm do prejuízo que causa a família, que sofre ao saber que seus parentes est,,o isolados no Presídio. Cada preso custa R\$ 1.500,00 mensais aos cofres do Estado.

Quero registrar nos Anais desta Casa, com a minha consciéncia tranquila, que n,,o faremos declinar a violÍncia em Rio Branco sem que haja integraÁ,,o e prevenÁ,,o; n,,o haver· diminuiÁ,,o no Índice da violÍncia na nossa cidade se n,,o houver, Deputado Delorgem, um organizado e integrado combate ao tr·fico de drogas. Hoje, sem nenhum exagero, h· no Acre mais de 20 mil pessoas que se alimentam diariamente com a venda de drogas, Padre M·ssimo. Isso È inconcebÍvel numa sociedade que se pretende modernizar.

Quando estive doente, conversei com o Governador Binho Marques, atravÈs de telefonemas, sobre o assunto da SeguranÁa P`blica e fiquei feliz ao saber que a aÁ,,o necess·ria para se fazer prevenÁ,,o do crime no Estado est· sendo implementada, atravÈs da estruturaÁ,,o das polícias. Precisamos trabalhar dois focos: um, È como diz o Deputado Donald Fernandes, o amor; precisamos do amor da família e da geraÁ,,o do emprego das políticass p`blicas. O outro, È o combate propriamente dito, porque nesse novo tempo, estamos fazendo o que n,,o foi feito no passado. ... necess·rio haver aÁies direcionadas ao foco, como disse o Deputado Nogueira Lima. Sabemos da sua perseveranÁa no sentido do combate à violÍncia e È preciso, porque h· uma violÍncia org,nica.

Fui Delegado de Polícia por oito anos. Comecei minha vida profissional prendendo assaltantes. Se hoje, Padre M·ssimo, oferecÍsemos um emprego a esses criminosos, com a possibilidade de ganharem R\$ 5.000,00 por mÍs, eles prefeririam continuar assaltando. S,,o esses que nÚs temos que enfocar, retirando-os da sociedade. Eles n,,o querem conviver com a comunidade. Infelizmente, para essas pessoas n,,o h· como oferecer um sal·rio, um trabalho, pois preferem continuar correndo riscos, agredindo e assaltando, porque dessa forma, Deputado Nogueira Lima, eles ganham muito mais.

Mas eu diria, Dom Joaquim, essa proposta apresentada pela Igreja È muito importante; È de um valor muito significativo para o País e principalmente para nÚs do Estado do Acre. Devemos debater, pois muitos sofrem com a violÍncia. N,,o s,,o as pessoas que tím condiÁies de construir muros altos e colocar cercas elÉtricas em suas casas e ainda pagar um vigia, as maiores vÍtimas nos centros urbanos, s,,o aqueles que n,,o tím nada; que muitas das vezes saem de casa para trabalhar e quando voltam n,,o encontram seus pertences, pois foram levados por um ladr,.o. Mais prejudicados s,,o aqueles que compram uma televis,,o pagando v·rias prestaÁies e esse bem È roubado, ficando apenas as parcelas para serem pagas.

... esse o combate que teremos que fazer. Eu tenho esperanÁa, sou uma pessoa que sempre penso positivamente. Analisamos as aÁies do Governo e vemos sua preocupação com a estruturaÁ,,o das polícias, porque n,,o h· milagre, È preciso aÁ,,o.

Em breve haver· um concurso para delegados e quem passar ser· empossado imediatamente. Temos um quadro muito bom, composto de pessoas respons·veis e tecnicamente preparadas, como o Coronel CÈlio e o Delegado Emilson, que s,,o pessoas capazes, mas que precisam ter condiÁies materiais. Talvez os governantes e aqui n,,o me refiro sÙ ao Estado do Acre, n,,o estejam

dando prioridade a esse fato. Analisando isso no aspecto políltico, vemos que em outros Estados a quest,,o da violÍncia nas capitais, tambÈm n,,o tem sido prioridade;

Deputado Delorgem, tenho visto sua permanente preocupação com a SeguranÁa, todavia podem empregar 50 mil pessoas, mas se n,,o lhes der as condiÁies físicas para coibir o tr·fico de drogas, n,,o haver· diminuição da violÍncia.

Eu tenho uma pesquisa do ltimo ano que fui chefe de polícia e os dados dizem que 92% dos homicídios que ocorreram no ltimo ano de exercÍcio do ex-Governo Jorge Viana, foram acertos de contas por causa das drogas. Se n,,o combater e n,,o debater o tr·fico, nada vai adiantar. Tem que haver o envolvimento das Igrejas para a recuperação dos dependentes subst,ncias químicas, porque de usuário para traficante È um passo. Começam como usuário e sen,,o houver um tratamento, obviamente se transformar,,o em assaltantes. Eles precisam roubar para manter o vício. Portanto, junto-me a esta preocupação.

Quero dizer que me sinto tambÈm gratificado por esse encontro. Percebo que o Governo e, principalmente, a Assembleia, que È o fúro do debate, do desaguadouro de uma sociedade, tem essa preocupação, no que diz respeito à SeguranÁa, especialmente a dos jovens e dos menos abastados, que n,,o têm como se defender. Muitos n,,o têm condiÁies nem de se locomover, s,,o nas periferias que esses marginais est,,o diariamente perturbando a população. Por isso, o Estado precisa promover outro modelo de SeguranÁa, que n,,o seja apenas prender as pessoas e encaminh-las à Penal. ... essa prevenÁ,,o, que espero alcançarmos com a estrutura preparada no Estado.

Com a vis,,o que est· sendo colocada nesta Casa diariamente, eu n,,o tenho d·vidas de que poderemos chegar, efetivamente, num grande modelo, que inclusive, sirva de exemplo à NaÁ,,o. Insista na sua fala, Deputado Delorgem, porque temos condiÁies materiais e operacionais, se assim for uma decis,,o políltica e administrativa, bloquear essa fronteira. N,,o È impossível, no entanto precisa decis,,o e verba, mas È um custo que, com certeza, vai ser muito benÈfico para os nossos jovens, especialmente os de Rio Branco.

Muito obrigado e parabÈns, Dom Joaquim. Deus abençoe a todos.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH·ES**) ñ Com a palavra o Deputado JosÈ Luis.

Deputado **JOS... LUIS** (Líder do PMN) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria de cumprimentar o Bispo Dom Joaquim PertiÓez, os demais componentes da Mesa, a minha amiga Chiquinha, que se encontra aqui presente e a todos os ouvintes que est,,o no Sal,,o do Povo.

Quero parabenizar o nosso atuante, Deputado e Líder MoisÈs Diniz, pela realizaÁ,,o dessa Sess,,o Solene, porque essa iniciativa significa fazer muito pela SeguranÁa P`blica, pois antes n,,o se tinha nada e tudo o que se fizer nesse aspecto, ainda parece pouco.

O Governo do Estado tem investido bastante na SeguranÁa P`blica, inclusive, esse ano est· previsto mais de vinte e cinco milhies de investimentos nesse setor. E daqui a dois meses ser,,o empossados 33 delegados, que estar,,o atuando em todo o Estado do Acre, assim como mais de 600 policiais militares. Todas as delegacias passar,,o ou est,,o passando por uma reforma na estrutura física, bem como o quartel da Polícia Militar. Mais de 1.500 Policiais Civis, Militares e Bombeiros, est,,o recebendo uma ajuda de custo para estudar. ... a primeira vez que esse benefÍcio È concedido no nosso Estado. Mas acredito que esse tema sobre a SeguranÁa tem que ser mais debatido.

A CNBB, sem dúvida, é amiga do povo brasileiro. Seja com seus posicionamentos, mesmo que polêmicos, ou com a sua busca ao Criador maior. Mas estou sempre em busca de um bem social comum, que é a união da sociedade e a estruturação familiar. Nos últimos anos, temos visto na mídia, muitos casos estardecedores causados por distúrbios emocionais, degradados, social e falta de amor ao próximo, que talvez sejam o maior círculo da sociedade de um modo geral. Superiores aos maus índices educacionais e da Saúde. O mundo está doente da alma, e isso só se cura com equilíbrio espiritual e social.

Hoje, podemos dizer que o Acre está no seu bom momento. Defendemos a natureza, que talvez seja uma das mais evidentes manifestações de Deus, a inclusão social e o resgate da cidadania. Temos percebido isso, nas ruas, ao contrário das grandes metrópoles. Mas aqui eu vejo que existe um sentimento de união para o bem comum de nossa sociedade.

Ontem conheci o Sistema Prisional do nosso Estado, mas a verdade é que hoje existe uma quebra de paradigmas, que leva a uma nova realidade, que é a de ressocialização dos degradados sociais que são vítimas de um esquecimento social e político. Tenho certeza de que alguns presos que estão custodiados na Penal, nunca tiveram uma evolução educacional, são frutos do meio em que vivem.

Portanto, tem-se criado, nos presídios do Acre, um cenário de reeducação social. Acredito que é inadmissível querer armar os agentes penitenciários, se a intenção é ressocializar. Um ambiente de ressocialização não combina com um cenário de repressão, mas com um ambiente de harmonia, de relação, afetiva e de confiança. Estamos aqui trocando as armas bélicas por armas sociais; os cassetetes, por instrumentos de inclusão social. E para que isso aconteça é preciso arriscar sem medo.

Vejo que o Acre tem defendido a dignidade do ser humano, não levando em consideração o seu conflito com a Lei. Paralelo a isso, temos a missão de criarmos mecanismos para que cada encarcerado, vítima das mazelas sociais, tenha um projeto de vida decente com estruturação familiar. Portanto, tenho certeza de que esse projeto ultrapassa as raízes partidárias e religiosas.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) — Obrigado, Deputado José Luis.

Em nome da Mesa Diretora, agradecemos aos diversos agentes pastorais que aqui acompanharam a sessão. Acho que a CNBB pautou um bom tema para esse ano. Queríamos, inclusive, em nome do Professor Raimundo, pessoa responsável pelas minhas danações, quando eu estudava em Cruzeiro do Sul, na Escola São José, cumprimentar todos os agentes Pastorais.

Antes de encerrarmos a nossa sessão, queremos fazer dois lembretes: Houve um tempo em que no Acre o cidadão não tinha a quem recorrer, porque ele não podia bater na porta da delegacia, pois corria o risco do policial entregar-lhe para outro policial; ele não podia bater na porta do Governo, porque o Acre não tinha Governo. Nesse tempo as pessoas batiam na porta do Bispo e lá eram acolhidas. A nossa igreja evitou que muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais fossem assassinados.

Mas num tempo bem recente, estamos falando de 1999 e de 2000, foi ali na igreja, onde as pessoas que fugiam do esquadrão da morte foram acolhidas. Porque além dessa

violência do cotidiano, do assalto, do estupro, aqui se decidia quem vivia ou morria, a partir de uma organização policial. Era o tempo em que comandantes da PM e coronéis adentravam ao Tribunal de Justiça do Estado e os Desembargadores e Desembargadoras aflitos, só tinham uma única reação: chorar. Choravam com medo. Todavia esse tempo acabou no Acre. E não poderíamos deixar de fazer um registro sobre esse tempo, porque a nossa Igreja Católica foi fundamental, foi decisiva, Dom Joaquim, para que pudéssemos, hoje, discutir os desafios dos novos tempos e construir uma sociedade mais justa.

Nós já não vivemos mais o tempo em que não tínhamos a quem recorrer. Agora, podemos recorrer ao Bispo e às instituições públicas. Portanto, agradecemos a grande colaboração que a igreja deu para que pudéssemos viver esse novo tempo.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Solene e convocamos uma Ordem do dia e hora regimental.

DIVERSOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 006/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratada: G. M. DOS SANTOS CARVALHO - ME

Objeto: Aquisição de Material de Informática para a Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Despesa: P.T. - 10100101031200120050000
E.D. - 33.90.30.00

Valor Total: R\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 20.02.2009

Signatários: Pela Assembleia Legislativa: Dep. Edvaldo Magalhães - Presidente; pela empresa G. M. DOS SANTOS CARVALHO - ME o senhor Mário Onofre da Silva Carvalho - Procurador.

Comissão Permanente de Licitação - Res. nº 65-B/2008

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2008

Considerando as informações prestadas no Processo Administrativo nº 1.113/2008, estando os mesmos instruídos de acordo com as normas em vigor e os preços compatíveis com os praticados no mercado, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **HOMOLOGA**, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, a empresa **G. M. DOS SANTOS CARVALHO - ME**, portadora do CNPJ nº 05.857.346/0001-24, Inscrição Estadual nº 01.014.925/001-80 no valor global de R\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos reais), referente a aquisição de Material de Informática, objeto da licitação realizada através do Pregão Presencial nº 013/2008, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco-Acre, 20 de fevereiro de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taunay Lira
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 141/2009

Dispensa n. 30/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratado: VITÓRIA INFORMÁTICA

Objeto: Conserto de 1 (um) notebook com substituição de componentes

Valor Total: R\$ 1.240,00 (mil duzentos e quarenta reais)

Dotação Orçamentária: P.T. 10100101031200120050000

E.D. 33.90.39.00

Fundamentação Legal: Art. 24, II, da Lei n. 8.666, de 1993.

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. n.º 86/90.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 13/2009

Dispensa n. 011/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratada: GOLDNET TI S/A

Objeto: aquisição de 200(duzentas) licenças de uso de um conjunto integrado de software de defesa denominado antivirus, marca F-Secure, Antivirus Corporate Suite, para as Estações de Trabalho/Servidores da Assembléia Legislativa.

Valor Total: R\$ 7.680,00 (sete mil seiscientos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária: P.T. 10100101031200110030000

E.D. 33.90.39.00

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666, de 1993

Autorização: Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 2ª Sessão Solene da Segunda

Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 5 de março de 2009

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretário: Deputado Antonia Sales

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pela Deputada, **Antonia Sales**, Secretária, presentes os Deputados: **Merla Albuquerque**, **Taumaturgo Lima** e **Ney Amorim**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz** e **Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, dos Democratas – DEM. Ausentes os Deputados **Francisco Viga**, **Perpétua de Sá**, **Josemir Anute**, **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga**, **Mazinho Serafim**, **Walter Prado**, **José Carlos**, **Gilberto Diniz** e **Luiz Calixto**. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, deu boas vindas a todos e convidou a vice-Presidenta da Casa, Deputada Antonia Sales; a Desembargadora Eva Evangelista; a Promotora Alessandra Marques; a Assessora Especial do Gabinete do Governador, Maria de Araújo Aquino; a Prefeita do Município de Brasiléia, Leila Galvão; a Secretária Executiva da Articulação de Mulheres do Acre, Nadir Morais, a vice-Presidenta do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Acre, Jane Vasconcelos, para comporem a Mesa. Ressaltou a participação do Presidente da Federação das Indústrias, de trabalhadores rurais, representante de diversos movimentos sociais organizados, de instituições, as margaridas, bem como personalidades que lidam com o cotidiano da violência praticada contra as mulheres. Para iniciar a Sessão, convidou os cantores Álamo Kário, Elias Sarquis, Luiz Ivam e o ator Ivan de Castela, para fazerem uma apresentação. (PAUSA) Na sequência usaram da palavra o Deputado **Moisés Diniz**, Líder do Governo; a Desembargadora **Eva Evangelista** e a Deputada **Antonia Sales**. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, homenageou as servidoras da Assembléia Legislativa e convidou a

Dra. Fernanda, Diretora do Poder Legislativo do Estado do Acre para receber das mãos do Paulinho, servidor da Casa, um buquê de flores como forma de reconhecimento de todos os Parlamentares ao trabalho das funcionárias da Casa. (PAUSA) Na sequência usaram da palavra a Promotora de Justiça **Alessandra Garcia Marques**; a Senhora **Maria de Araújo Aquino**, Assessora Especial da Mulher; a Procuradora **Nazaré Araújo**; o Deputado **Nogueira Lima**, Líder do DEM; a Prefeita de Brasiléia **Leila Galvão**. A Senhora Presidenta, **Antonia Sales**, agradeceu a presença da esposa do vice-Prefeito de Mâncio Lima, Janete e as representantes da Polícia Militar. A seguir usaram da palavra a Senhora **Nadir Morais**, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres do Acre – Amacre; a Senhora **Jane Vasconcelos**, vice-Presidenta do Sindicato dos Jornalistas; a Deputada **Antonia Sales**, do PMDB e a Dra. **Márcia Regina**, Secretária de Segurança Pública. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, convidou a Senhora Carla Cristina, para fazer a apresentação final e agradeceu a presença de todos nesta solenidade. E nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão Solene às 12h55 minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Apa deixa Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente*.....*
1º Secretário*.....*
2º SecretárioSUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 12ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 10 de março de 2009.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**Secretaria: Deputado **Taumaturgo Lima**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Taumaturgo Lima**, Secretário, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Merla Albuquerque** e **Ney Amorim**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga** e **Mazinho Serafim**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, dos Democratas – DEM; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Luiz Calixto**, Sem Partido. Ausentes os Deputados **Perpétua de Sá** e **Walter Prado**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do dia constou de: Requerimento da Deputada Perpétua de Sá, solicitando seu afastamento dos trabalhos legislativos no período de 10 a 12 de março; **Indicação n. 10/2009**, acompanhada de Justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que determine aos órgãos competentes, a adoção de medidas necessárias, para liberação de recursos financeiros, destinados aquisição de um veículo tradicional para o Hospital do Município de Porto Walter; **Indicação n. 11/2009**, acompanhada de Justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que determine aos órgãos competentes, a adoção de medidas necessárias, para liberação de recursos financeiros através de convênios, destinados à

construção de postos de saúde nas principais Comunidades do Município de Porto Walter; **Indicação n. 12/2009**, acompanhada de Justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto a Secretaria Estadual de Saúde providencie a aquisição de uma maca para o Hospital do Município de Porto Walter; **Mensagem n. 379/2009**, de autoria do Poder Executivo, indicando o nome da Engenheira Nadma Farias Kunrath, como Diretora – Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC; **Mensagem n. 380/2009**, de autoria do Poder Executivo, encaminhando o **Projeto de Lei n. 4/2009**, que “Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Moradia Transitória”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Mazinho Serafim**, do PSDB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Luiz Calixto**, Sem Partido e **Moisés Diniz**, Líder do Governo. Aberto o **Grande Expediente**, usou da palavra o Deputado **Ney Amorim**, Líder do PT, que foi aparteado pelos Deputados Donald Fernandes, Moisés Diniz e Luiz Calixto. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, registrou o aniversário do Deputado Chagas Romão. Na sequência usaram da palavra os Deputados **Donald Fernandes**, Líder do PSDB, que foi aparteado pelo Deputado Nogueira Lima; **Antonia Sales**, do PMDB; **José Luis**, Líder do PMN; **Idalina Onofre**, Líder do PPS, que foi aparteada pelo Deputado Luiz Calixto e **Nogueira Lima**, Líder do DEM. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, suspendeu a Sessão e convidou os Deputados para participarem de uma reunião no plenário, para definirem a pauta de votação da Ordem do Dia. (PAUSA) Reabertos os trabalhos. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 12h46 minutos convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu, *Maria Francisca Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Francisco Viga
Presidente

.....
Francisco Viga
1º Secretário

.....
Francisco Viga
2º Secretário

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 13ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de março de 2009.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Taumaturgo Lima**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Taumaturgo Lima**, Secretário, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Merla Albuquerque** e **Ney Amorim**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga** e **Mazinho Serafim**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, dos Democratas – DEM; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Luiz Calixto**, Sem Partido. Ausentes os Deputados **Perpétua de Sá** e **Walter Prado**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 4/2009**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Instituição do Programa Bolsa Moradia Transitória”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que tendo

Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Projeto de Lei n. 5/2009**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **José Carlos**, o qual “Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com entidades de caráter privado, sem fins lucrativos, para implantação e manutenção de creches comunitárias, filantrópicas e confessionais”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **José Carlos**, Líder do PTN; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Luiz Calixto**, Sem Partido; **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Mazinho Serafim**, do PSDB e **Nogueira Lima**, Líder do DEM. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados, **Donald Fernandes**, Líder do PSDB, que foi aparteado pelo Deputado Mazinho Serafim; **Antonia Sales**, do PMDB, que foi aparteada pelo Deputado Donald Fernandes; **Delorgem Campos**, Líder do PSB; **José Luis**, Líder do PMN; **Idalina Onofre**, Líder do PPS, que foi aparteada pelo Deputado Luiz Calixto e **Nogueira Lima**, Líder do DEM. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, falou que, como tinham feitas algumas referências no plenário, disciplinaria o debate para que não precisassem cerceá-lo. Na sequência usou da palavra o Deputado **Ney Amorim**, Líder do PT, que foi aparteado pelos Deputados Taumaturgo Lima e José Luis. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, suspendeu a Sessão e convidou os membros da Comissão de Constituição e Justiça, de Serviço Público e da Comissão de Assuntos Econômicos, para se dirigirem à sala das Comissões, para apreciarem duas Matérias que iriam entrar na Ordem do Dia. (PAUSA) Reabertos os trabalhos. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 12h51 minutos convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu, *Maria Francisca Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Francisco Viga
Presidente

.....
Francisco Viga
1º Secretário

.....
Francisco Viga
2º Secretário

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 7ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de março de 2009.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Elson Santiago**

Às treze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Elson Santiago**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Ney Amorim**, **Merla Albuquerque** e **Taumaturgo Lima**, do PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga** e **Mazinho Serafim**, do PSDB; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do PMDB; **Delorgem Campos**, do PSB; **José Luis**, do PMN; **Idalina Onofre**, do PPS; **Maria Antonia**, do PP; **Nogueira Lima**, do DEM; **José Carlos**, do PTN; **Gilberto Diniz**, do PT do B; e **Luiz Calixto**, Sem Partido. Ausentes os Deputados **Perpétua de Sá**, do PT e **Walter Prado**, do PSB. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão, e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 4/2009**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Instituição do Programa Bolsa Moradia Transitória”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que tendo

o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão Extraordinária às 13h10 minutos e convocou outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Ney Amorim*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



.....
1º Secretário

.....
Presidente

.....
2º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 8ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão

Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de março de 2009.

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Taumaturgo Lima

Às treze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Taumaturgo Lima**, Secretário, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Ney Amorim** e **Merla Albuquerque**, do PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga** e **Mazinho Serafim**, do PSDB; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do PMDB; **Delorgem Campos**, do PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do PMN; **Idalina Onofre**, do PPS; **Maria Antonia**, do PP; **Nogueira Lima**, do DEM; **José Carlos**, do PTN; **Gilberto Diniz**, do PT do B; e **Luiz Calixto**, Sem Partido. Ausentes os Deputados **Perpétua de Sá**, do PT e **Walter Prado**, do PSB. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão, e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado a Mensagem Governamental n. 379/2009, de autoria do Poder Executivo, indicando o nome da Engenheira Nadma Farias Kunrath, para assumir o cargo de Diretora-Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC". Em discussão, não houve oradores. O Senhor Secretário procedeu à chamada para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores - PT** - Deputados: Francisco Viga - sim; Merla Albuquerque - sim; Ney Amorim - sim; Perpétua de Sá - ausente; Taumaturgo Lima - sim; **Bloco Popular Republicano - BPR** - Deputados: Edvaldo Magalhães - sim; Moisés Diniz - sim; Helder Paiva - sim; Josemir Anute - sim; **Partido da Social Democracia Brasileira - PSD** - Deputados: Donald Fernandes - sim; Luiz Gonzaga - sim; Mazinho Serafim - sim; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB** - Deputados: Antonia Sales - sim; Chagas Romão - sim; **Partido Socialista Brasileiro - PSB** - Deputados: Delorgem Campos - sim; Walter Prado - ausente; **Partido da Mobilização Nacional - PMN** - Deputados: Elson Santiago - sim; José Luis - sim; **Partido Popular Socialista - PPS** - Deputada: Idalina Onofre - sim; **Partido Progressista - PP** - Deputada: Maria Antonia - sim; **Democratas - DEM** - Deputado: Nogueira Lima - sim. **Partido Trabalhista Nacional - PTN** - Deputado: José Carlos - sim; **Partido Trabalhista do Brasil - PT do B** - Deputado: Gilberto Diniz - sim; **Sem Partido** - Deputado: Luiz Calixto - sim. Aprovada por 22 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou que face o resultado da votação a Mesa promulgaria a referida indicação de que trata a Mensagem Governamental. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão

Extraordinária às 13h25 minutos e convocou outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Ney Amorim*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
1º Secretário

.....
2º Secretário

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 9ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão

Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de março de 2009.

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Taumaturgo Lima

Às treze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Taumaturgo Lima**, Secretário, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Ney Amorim** e **Merla Albuquerque**, do PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga** e **Mazinho Serafim**, do PSDB; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do PMDB; **Delorgem Campos**, do PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do PMN; **Idalina Onofre**, do PPS; **Maria Antonia**, do PP; **Nogueira Lima**, do DEM; **José Carlos**, do PTN; **Gilberto Diniz**, do PT do B; e **Luiz Calixto**, Sem Partido. Ausentes os Deputados **Perpétua de Sá**, do PT e **Walter Prado**, do PSB. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão, e dado o adiantado da hora foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 4/2009, que "Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Moradia Transitória". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 21 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão Extraordinária às 13h35 minutos e convocou outra uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Ney Amorim*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
1º Secretário

.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIRETOR DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidade e

Comunicação Social

Diretor Responsável:

João Roberto Braúa Bezerra

Inscrição 13198

Coordenadora de Redação e Revisão

de Atas:

Juscelina Barbosa Pinheiro

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.